

ATA DA 021ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 17 DE JULHO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 16h30, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Esta Presidência comunica que enviará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s 00459/2013, de autoria do deputado Kennedy Nunes, 0460/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar, 0461/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, 0462/2013, 0463/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, 0464/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar, 0465/2013, de autoria do deputado Reno Caramori.

Esta Presidência comunica que defere os seguintes Requerimentos n.s 0770/2013, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt, 0771/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, 0772/2013, de autoria do deputado Pedro Baldissera.

Esta Presidência comunica, ainda, que submete à deliberação do Plenário os seguintes requerimentos:

Requerimento n. 0769/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviada aos presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e ao Coordenador do Fórum Parlamentar no Congresso Nacional, pedindo urgência na aprovação da Medida Provisória n. 619/2013.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0070/2013, de autoria do deputado Reno Caramori, a ser enviado ao secretário de estado de Infraestrutura, solicitando informações acerca do valor inicial para execução dos trabalhos de terraplanagem, pavimentação asfáltica, drenagem, obras de artes correntes, sinalização e obras complementares na rodovia SC-453.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0071/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviado ao secretário de estado da Casa Civil, solicitando informações acerca das despesas anuais para

manutenção da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, apenas quero registrar e reforçar o convite para amanhã, a partir das 15h, a todos os parlamentares desta Casa e ao público catarinense, para a assinatura da ordem de serviço da duplicação do lote três e quatro da BR-470, juntamente com a ministra Ideli Salvatti e com o ministro dos transportes, Sérgio Borges, no município de Gaspar, no ginásio João dos Santos, no bairro Poço Grande, para poderem prestigiar, já que é um sonho muito antigo dessa comunidade, de todo o povo catarinense, a duplicação dessa rodovia tão importante não só para turismo, mas também para o deslocamento das pessoas que moram na região e principalmente para a escoação da produção do oeste de Santa Catarina para os nossos portos e aeroportos.

Por isso, gostaria de reforçar esse convite dessa obra tão esperada, quando amanhã irá acontecer a ordem de serviço.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputada Ana Paula Lima, muito obrigado. Já que o deputado Jorginho Mello fez várias ligações fazendo esse convite, esta Presidência designa de público v.exa. para representar a Mesa Diretora

nesse importante evento para o grande vale do Itajaí.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, só quero registrar a presença, na Casa, do vereador Lúcio Malmann, de Iporã do Oeste, o vereador mais votado deste município, do vereador Alex Cledir Tardetti, do município de São Lourenço do Oeste, por coincidência também o mais votado no município, do prefeito André Max Tormen, de Águas de Chapecó, do prefeito Darci João Frizon, de Barra Bonita, e também do sr. Alexandre Lencina Fagundes, secretário da Saúde do município de Cunha Porã.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, eu queria noticiar que deu entrada nesta Casa, e já está na comissão de Constituição e Justiça, o projeto de lei de origem do governo, que institui o Conselho Estadual de Direitos Humanos.

O deputado Padre Pedro Baldissera levantou um tema na comissão de Legislação Participativa, nós fizemos audiência sobre o tema, também faremos outras audiências, e o governo estadual foi muito sensível a esse tema.

Tenho certeza de que o Conselho Estadual de Direitos Humanos pode ajudar, por exemplo, na complicada situação que vivem os presídios de Santa Catarina, portanto na própria segurança no estado de Santa Catarina. Mas, mais do que isso, pode dar conforto aos catarinenses com alguns programas que não temos aqui e que são necessários, como, por exemplo, o Programa de Proteção à Criança Ameaçada de Morte, que hoje é uma realidade em Santa Catarina. O tráfico ameaça

as nossas crianças e não temos acesso a esse programa do governo federal por não termos o Conselho Estadual de Direitos Humanos.

O governador foi sensível e tratou diretamente da matéria. Há que se destacar o papel do secretário Nelson Serpa, com o seu corpo jurídico também, e o empenho, particularmente, da Casa, capitaneado por um requerimento iniciado com o deputado Padre Pedro Baldissera. E na comissão certamente vamos poder ajudar para que esse projeto do governador fique ainda melhor.

Mas já é uma iniciativa e cabe aqui dar os parabéns ao governo do estado pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputada Angela Albino.

Esta Presidência precisa encaminhar o atendimento às lideranças de Xanxerê que estão aqui aguardando. Por isso, solicita ao deputado Padre Pedro Baldissera que assuma a condução dos trabalhos. Temos ainda inscritos para se manifestar em Explicação Pessoal os deputados Silvio Dreveck, Maurício Eskudlark, José Milton Scheffer, Reno Caramori, Padre Pedro Baldissera e Valmir Comin.

Mas, antes de passarmos ao horário de Explicação Pessoal, e já que hoje é a última sessão antes de encerrarmos as atividades em função dessas duas semanas de recesso, queremos, em nome da Presidência e da Mesa, agradecer a todos os parlamentares pelo empenho no cumprimento daquilo que foi acordado para votarmos até o dia de hoje.

Elaboramos uma pauta com os líderes na semana passada. V.Exas., em cada comissão, empenharam-se. Tínhamos o compromisso - e foi acordado com os líderes, é verdade - da votação do projeto dos bombeiros, deputado Moacir Sopelsa. Mas também, numa reunião de consenso ontem, deputado Reno Caramori, em que v.exa. e tantos outros deputados participaram, como os deputados Mauro de Nadal, Silvio Dreveck e Sargento Amauri Soares, e também no entendimento das partes, tanto dos representantes dos bombeiros militares quanto dos bombeiros voluntários, e na presença da

representação do governo do estado, decidiu-se, repito, num consenso e no melhor encaminhamento, pela não votação da matéria nesses dias agora para concedermos mais tempo, deputado Mauro de Nadal - e v.exa. também se tem empenhado na condição de presidente da comissão de Constituição e Justiça - , para que haja um entendimento.

Deputado Sargento Amauri Soares, acho que avançamos muito nesse processo de entendimento. O fato é que não teríamos condições de trazer, deputado Padre Pedro Baldissera, a votação para o plenário do jeito que estava, com a Casa e a sociedade divididas. Santa Catarina perderia com a votação feita do jeito que estavam os ânimos até a reunião de ontem de manhã. Depois disso, deputado Sargento Amauri Soares, e v.exa. percebeu quando chegou ao andar da reunião, ela caminhou num bom nível. O deputado Silvio Dreveck estava lá desde o início junto com o deputado Mauro de Nadal, e conseguimos ter sinalizações importantes, deputado Reno Caramori, tanto do grupo ligado aos militares quanto dos voluntários, de necessidade e vontade de diálogo para que Santa Catarina possa ganhar.

Então, eu também gostaria, como todos gostariam, de encerrar com a votação daquela matéria. Mas seria um jogo de perde, perde, como disse ontem, se tivéssemos encaminhado de qualquer jeito, trazendo esta Casa para uma disputa que iria não somente dividi-la, mas também a sociedade catarinense.

Há o nosso compromisso de logo no início das atividades, que se iniciam no dia 1º de agosto, já pautarmos e priorizarmos essa matéria para que possamos encaminhá-la logo de forma consensual, se possível, e acho que estamos caminhando para isso.

No mais, queremos agradecer a todos pelo apoio e o empenho. Tivemos avanços neste semestre e esperamos que possamos voltar no segundo semestre ainda com mais conquistas para a sociedade catarinense.

Peço que o nosso vice-presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, conduza os trabalhos daqui por diante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Silvio Dreveck, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera.

Deputado Reno Caramori, v.exa. atua muito na região do meio-oeste e também no planalto norte. Portanto, trago uma informação importante, pertinente para v.exa., mas mais do que isso, para a nossa região do planalto norte.

V.Exa. também colaborou por várias oportunidades na defesa da devolução do trecho da rodovia SCT-280, de Canoinhas a Porto União, uma rodovia, diga-se de passagem, construída pelo ex-governador Esperidião Amin. Desde então praticamente a manutenção daquela rodovia quase que não existiu, ou teve pouca manutenção, tanto que chegou ao desgaste até pelo fluxo de veículos. Ela faz ligação com a BR-153 que faz a ligação de Mafra com a BR-116 e liga o estado do Paraná ao Rio Grande do Sul. E pela 153 também se vai até o oeste catarinense. Portanto, ela é uma rodovia importante do ponto de vista de ligação com outros estados do Brasil.

Então, fizemos esse apelo ao governo federal, para que a União assumisse esse trecho da rodovia, porque o estado não tem condições de manter.

Deputado, para que v.exa. tenha uma ideia, esse processo iniciou-se em 2011, com o empenho da nossa bancada federal. Mas quero destacar também o nosso deputado federal Esperidião Amin que também já foi ao governador Raimundo Colombo, que também já foi ao presidente do Fórum Parlamentar Catarinense, deputado Marco Tebaldi.

O ofício diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Apresentando meus cordiais cumprimentos, em complemento ao OF/GEA/517/2011 que lhe enviei em 27 de dezembro de 2011, a propósito das providências para a federalização da rodovia SCT-280 - trecho Canoinhas - Porto União, informo que

o ministério dos Transportes publicou no Diário Oficial da União, de 08.07.2013, a Portaria GM n. 088, de 05.07.2013.

A referida portaria, cuja cópia segue em anexo, aprova a incorporação ao Subsistema Rodoviário Federal do segmento da citada rodovia, com extensão de 75,2km.

Conforme estabelece a referida portaria, a incorporação somente se efetivará após a assinatura do Termo de Transferência do Patrimônio, concluído o inventário, através do DNIT e do órgão estadual competente.

Tendo em vista a situação precária em que se encontra o segmento rodoviário em questão, permita-me sugerir a v.exa. que sejam aceleradas providências no sentido de atender às necessidades do Planalto Norte do nosso Estado."

O que quero destacar aqui, deputado Reno Caramori, é que o governo do estado tem que dar celeridade agora, porque o governo federal aceitou, mas ainda não há assinatura do termo de transferência do patrimônio, portanto, dependemos disso. De tal sorte, quero destacar aqui o empenho de todos, tanto por parte do governo do estado, quanto do governo federal, mas principalmente dos deputados federais e dos estaduais que trabalharam para que isso de fato se efetivasse.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Concedo um aparte a v.exa.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Silvio Dreveck, v.exa. em boa hora faz um comentário que realmente vem ao encontro da Indicação n. 465, que encaminhamos ao governo e ao Deinfra, apresentada hoje neste Plenário, que pede para que seja concluído o processo da federalização.

Isso é um trabalho que já fizemos em outra oportunidade. O governo do estado tem juntamente com o ministério dos Transportes e o DNIT que fazer a verificação do patrimônio, que representa uma série de procedimentos que devem ser feitos para que o governo federal assumira de fato essa obra. Enquanto não fizer essa transposição legal

com esse inventário, o governo federal não vai investir.

Então, vai acontecer que a estrada vai ficar órfã mais uma vez. Passamos por lá agora e havia um caminhãozinho e trabalhadores, com uma pá, jogando um asfaltozinho, tapando os buracos maiores.

Realmente v.exa. tem toda a razão, e quero cumprimentá-lo.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, deputado Reno Caramori. Certamente, incorporo a sua manifestação ao meu pronunciamento.

Obviamente, enquanto essa transferência do patrimônio não acontecer, o governo do estado tem a obrigação de continuar fazendo a manutenção, em que pese nos últimos anos ter sido comum essa recuperação com uma pá jogando asfalto para tapar os buracos, o que não tem resolvido o problema das rodovias catarinenses.

Vamos ser sinceros, pois nos últimos dez anos, em termos de recuperação e manutenção, muito pouco se fez. Não estou dizendo aqui que não foram construídas rodovias, mas rodovias construídas necessitam de manutenção, porque o asfalto, se não for feita uma boa manutenção, certamente é o que estamos vendo nas rodovias esburacadas. E para asfaltos dois venenos são mortais: água de cima e água de baixo, ou seja, havendo infiltração obviamente haverá deterioração.

Portanto, na medida em que ocorre essa infiltração, há necessidade de se fazer a manutenção, e isso não tem sido feito, não tem sido trabalhado de uma forma mais planejada, com um orçamento maior, para manter essas rodovias em bom estado de uso, porque o custo para refazer, para revitalizar, é muito maior do que uma boa manutenção.

Era essa a minha manifestação. Desejo um bom descanso a todos.

Obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda em Explicação Pessoal, o

próximo orador inscrito é o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputado, primeiro registro que hoje todos os deputados receberam o agradecimento do maestro José Nilo Vale, da direção e de todos os membros da Orquestra Sinfônica de Santa Catarina, que faz um belo trabalho.

A Assembleia Legislativa aprovou este ano a possibilidade da concessão de apoio administrativo, técnico e financeiro do governo do estado de Santa Catarina.

Então, sabemos das milhares ações já realizadas pela orquestra. O maestro veio agradecer, mas Santa Catarina tem muito a agradecer a esses artistas, a esses professores, a essas pessoas que fazem um trabalho excepcional. Quantas pessoas tiveram a sua vocação acelerada e passaram pela orquestra! Foram muitas apresentações.

(Passa a ler.)

"A Sinfônica dos catarinenses comemora 20 anos de atividades em prol da cultura musical de nossa Santa Catarina, abrindo fronteiras no campo das performances de concerto, música de ópera, balé completo no estilo tradicional e apresentações populares, em um grande número de logradouros públicos do largo território barriga-verde. Performances oferecidas gratuitamente ao público catarinense, geralmente inseridas em campanhas sociais.

O breve relato de sua história documenta implantação de temporadas anuais de concertos sinfônicos em Florianópolis(1993), centenas de eventos em teatros locais, 140 performances em municípios catarinenses. Aproximadamente um milhão de pessoas assistiram às eletrizantes apresentações da orquestra em nível local e estadual, sendo que a maioria delas jamais tinha presenciado um espetáculo do gênero ao vivo. Fomentou, desenvolveu talentos e inspirou o aparecimento de grupos de câmara, cameratas e novas orquestras que hoje atuam no cenário musical da cidade e do interior do estado. É detentora de

grandes homenagens públicas e do Troféu Bruschi Saluta.”

Quero registrar o nosso agradecimento, porque nesta Casa semanalmente são aprovados projetos importantes para as várias áreas profissionais, artísticas, culturais do estado, e foi raro e gratificante ver a lembrança do maestro, da direção e de toda a equipe da Orquestra Sinfônica de Santa Catarina. Deixo o nosso agradecimento a essa instituição que merece respeito e ser valorizada pelo povo catarinense.

Gostaria de falar aos colegas policiais civis e a toda a segurança pública.

Deputado Sargento Amauri Soares, sabemos que os nossos companheiros têm feito mobilização pela questão salarial, merecida pela função que desempenham, que reconhecidamente é a mais desgastante, estressante, atividade profissional que existe. Não é uma profissão, mas uma missão. E o policial que aceita essa missão, todos os dias, despede-se dos familiares sem saber se volta, se vai revê-los. Infelizmente é assim pelo nível de criminalidade existente, pelas leis benevolentes, pela impunidade e por essa briga da criminalidade contra a sociedade, em que os policiais são as maiores vítimas. E a grande maioria entende que se trata de uma briga de polícia e bandido, mas é uma briga de bandido e sociedade. São os bandidos afrontando a polícia, afrontando a sociedade. E aí os policiais arriscam a vida.

Não participei, bem como nenhum deputado, de nenhum encaminhamento, de nenhuma negociação, mas sempre apoiei. E tenho conversado com o presidente da Adepol, Associação dos Delegados, com o presidente do Sinpol - Sindicato dos Policiais Civis; tenho sabido também do esforço do governo em atender a esse pleito da nossa categoria.

O governador Raimundo Colombo designou ao secretário Antônio Gavazzoni fazer um projeto de melhoria da remuneração salarial para a segurança pública, segurança como um todo.

Hoje, não se pode conceber um aumento sem tratar das peculiaridades de cada atividade, mas

nós precisamos reconhecer que a segurança, hoje, tem e é tratada pelo governo como um todo.

Vimos a manifestação da Aprasc, a manifestação da Acors, enfim de todas as entidades, e tenho certeza de que também vão entender e ajudar nessa negociação.

Eu vi, muitas vezes, o deputado Sargento Amauri Soares defendendo a nossa segurança, mas também defendendo a saúde, a educação e todos os setores que merecem o reconhecimento. Mas posso dizer que o secretário da Fazenda tem empreendido esforços, cálculos, porque pior do que não ter o salário que desejamos é ficar sem o salário. Infelizmente, já tivemos que passar esse momento no estado, e nenhum de nós deseja que esse momento volte.

O presidente do Sinpol, Anderson, sabe das dificuldades que o governo tem para atender a todas as classes trabalhadoras do seu estado.

Registro a presença do vereador Clóvis, do município de Saltinho, do Adriano de Serra Alta e de outros vereadores.

Registro também a luta da categoria, da segurança pública, dos policiais, em busca de uma remuneração justa, e do governo do estado buscando contemplar dentro daquilo que a receita permite.

Parabenizo também a Orquestra Sinfônica de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado José Milton Scheffer, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, eu quero fazer um agradecimento muito especial ao maestro José Nilo Vale, da Orquestra Sinfônica do estado. Ele, como uma forma de agradecer o esforço que esta Casa fez quando aprovamos a PEC n. 065,

elaborou um documento agradecendo, com um belíssimo CD da nossa orquestra. E quero agradecer.

Eu já me comprometi com ele para no Natal fazermos uma tocata natalina. Eu tocando harpa sob a sua regência.

Fica o agradecimento em nome de todos os deputados pelo belíssimo presente que nos concedeu.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera, que preside esta sessão.

Telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e srs. deputados, queremos, aqui, no final dos trabalhos deste primeiro semestre, comemorar alguns alcances desta Casa, como o mandato de diversos deputados e lideranças. Entre eles gostaríamos de comemorar a visita que recebemos esta semana, em nosso gabinete, do representante no estado de Santa Catarina do Conselho Nacional de Saúde, farmacêutico Ronald Ferreira dos Santos, quando fizemos uma avaliação do projeto Saúde+10 de Santa Catarina e também do país. Na ocasião, inclusive repassamos ao Ronald cerca de cinco mil assinaturas que ainda estavam em nosso gabinete, as quais chegaram do interior. E é uma avaliação muito positiva.

Nós, em nível de Brasil, no dia 10 de julho, atingimos a casa de um milhão e meio de assinaturas, e espera-se que até o final deste mês, chegando do interior e de outros estados mais assinaturas do referido programa, possamos chegar até a casa dos dois milhões de assinaturas desse projeto.

Deputado Reno Caramori, isso mostra que a saúde está, sem dúvida nenhuma, na agenda da população brasileira e tem que entrar para a agenda dos governantes, principalmente estadual e federal, porque a população já mostrou isso através dos movimentos sociais acontecidos recentemente no país, mas também não apenas em passeata, mostrou com sua assinatura no movimento do qual a Frente Parlamentar em Defesa da Saúde

Catarinense faz parte aqui em Santa Catarina, pois arrecadamos mais de 100 mil assinaturas. E no Brasil são cerca de dois milhões de assinaturas, mais do que a exigência constitucional de um milhão e meio de assinaturas.

Isso mostra que é um projeto prioritário e que merece aqui a nossa manifestação e, acima de tudo, o nosso agradecimento a cada cidadão catarinense que depositou a sua assinatura nesse projeto, a todas as instituições sociais, religiosas, câmaras de vereadores, lideranças de organizações, associações de aposentados. E a Pastoral da Saúde e a Igreja Católica também fizeram um grande trabalho nesse sentido, ou seja, somaram esforços nessa caminhada.

No dia 5 de agosto, Dia Nacional da Saúde, levaremos até a Câmara de Deputados, pois temos agenda com o presidente Henrique Alves, essas assinaturas (dois milhões). Elas serão entregues através da PEC, solicitando ao Congresso Nacional a aprovação para que o governo federal coloque 10% das suas receitas em saúde. Isso é, sem dúvida nenhuma, uma mudança, uma transformação muito grande que teremos no atendimento à saúde do nosso país.

Nós temos, hoje, hospitais, médicos com grande conhecimento, mas falta estrutura, como equipamentos, pagamento correto dos serviços médicos e dos serviços hospitalares. Não é justo, como por exemplo, hoje, um exame de sangue feito numa emergência de hospital remunerar apenas R\$ 1,60. Não tem hospital que resista. Por exemplo, um parto custa menos de R\$ 400,00 e envolve o atendimento de médico obstetra, pediatra, enfim, toda a estrutura do hospital por menos de R\$ 400,00 e mais o risco que se tem ali com a gestante e os profissionais envolvidos.

É preciso com esse projeto buscar um reajuste na tabela do SUS para que aí, sim, a nossa população possa ser atendida de maneira adequada, correta e universal, para que todos sejam atendidos de maneira igualitária.

Por isso, quero, como representante da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde, agradecer a todos

os envolvidos nesse projeto. Uma etapa está sendo cumprida, que é a coleta de assinaturas, mas nós teremos ainda um caminho duro a ser trilhado, deputado Sargento Amauri Soares, na Câmara dos Deputados. Precisamos pressioná-los, as comissões, para que esse projeto de emenda constitucional circule o mais rápido possível nas comissões e que vá a plenário, se possível este ano, ou no primeiro semestre do próximo ano, para que o governo federal, deputado Padre Pedro Baldissera, gaste 10% das suas receitas em saúde. Neste último ano gastou apenas 4%. Isso é insuficiente. E isso é o que tem causado o caos nos hospitais e na saúde pública deste país.

Por isso, quero aqui registrar como um fato importante nesse primeiro semestre a mobilização das lideranças catarinenses no movimento Saúde +10. E já que estamos falando de saúde trago, uma notícia boa para todos nós catarinenses.

Denunciávamos, há um ano, que os catarinenses recebem menos recursos per capita por catarinense do que o cidadão gaúcho. E esta Casa chamou a atenção do governo Raimundo Colombo, e isso foi fruto de diversas audiências no ministério da Saúde. E a única saída agora é incluir o estado de Santa Catarina no projeto de redes de urgência e emergência. É um projeto novo, e o nosso estado é o primeiro a ser beneficiado já por essas características que citamos anteriormente. E agora foram criadas diversas microrregiões.

Antes, a rede de urgência e emergência estava mapeada para acontecer apenas na Grande Florianópolis e na região norte do estado. Através do trabalho da Frente Parlamentar, através do trabalho dos hospitais filantrópicos de Santa Catarina, sensibilizado, o governador Raimundo Colombo criou diversas microrregiões, no extremo oeste, no meio-oeste, no planalto serrano, no vale do Itajaí, na foz do rio Itajaí e também no sul. Todo o estado de Santa Catarina foi contemplado com esse projeto. E ontem, acompanhando a secretária Tânia, da Saúde, o secretário-adjunto Acélio Casagrande, o governador Raimundo Colombo, o ministério da Saúde, participamos da assinatura

de um convênio no valor de R\$63.900 milhões, com 22 hospitais em Santa Catarina, para durante o ano receberem recursos mensais para melhorar o atendimento na porta do hospital, na rede de urgência e emergência.

Diversos hospitais foram beneficiados nesse primeiro momento. Mas num segundo momento também mais R\$50 milhões serão repassados para hospitais menores de Santa Catarina, que também têm porta de urgência e emergência aberta. Com isso esperamos estar qualificando melhor o atendimento de urgência e emergência nos nossos hospitais, melhorando a qualidade dele para o usuário.

Mas também aqui precisamos reconhecer o trabalho feito pela secretaria estadual da Saúde na busca de se qualificar para esse projeto. É preciso reconhecer também o trabalho do ministério da Saúde, mas acima de tudo o esforço do governador Raimundo Colombo para que esses recursos pudessem estar, já no próximo mês, chegando em 22 hospitais de Santa Catarina e com isso melhorando ainda mais a saúde de Santa Catarina.

É preciso citar aqui que na região sul o Hospital Regional de Araranguá está contemplado, o Hospital São José e o Materno Infantil, o Santa Catarina, de Criciúma, assim como também o Hospital Nossa Senhora da Conceição de Tubarão. E mais uma série de outros hospitais serão beneficiados, deputado e médico Antônio Aguiar, com esse projeto que foi assinado ontem para qualificar um pouco melhor, através das redes de urgência e emergência, o atendimento na saúde.

Por isso, nesse semestre, gostaríamos de comemorar junto com a população catarinense esses avanços, na esperança que essas ações possam, sim, melhorar a qualidade do atendimento à saúde de Santa Catarina, bem como também a situação dos nossos hospitais filantrópicos comunitários que hoje passam por uma grave crise, em função da falta de reajuste da tabela do SUS, que tem prejudicado muito o sistema de saúde de Santa Catarina.

Muito obrigado, boa-tarde a todos!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, eu tinha preparado um tema diferente para o encerramento deste semestre. Mas recebo várias correspondências, ou seja, da Cristine Maraga, Emanuel Roque, Edson Ribeiro, Cássio Ferrazzo, Jucilde Waikovski, Humberto Campos, Alessandro do Amaral, Sandro Gold, Chaline Piccini, Maximiliano Toffolo, Tiago R. de Oliveira, Samantha Roloff, Ilân Gavin e Rodrigo Dalzot, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Estamos localizados no oeste do estado de Santa Catarina, somos de Xanxerê, uma cidade com cerca de 45 mil habitantes, por onde passa a principal rodovia responsável por escoar a produção agrícola do estado, a BR-282, ou, como ficou conhecida no último ano, a rodovia da morte do nosso estado.

Vimos solicitar um posicionamento de sua parte sobre o descaso que o povo xanxerense vem sofrendo desde o início das obras da duplicação do trecho da BR-282 que cruza nosso município. E pedimos atitude para a solução do problema de nossa cidade, mostrando o seu compromisso com todo o povo catarinense e brasileiro.

Não queremos mais promessas como temos escutado do departamento estadual, o DNIT. Queremos que as obras voltem efetivamente a acontecer.

A nossa causa principal, no momento, está relacionada às mortes e aos acidentes graves que acontecem no trecho de 14 quilômetros, que começou a ser duplicado em 2010, com prazo para conclusão de dois anos. Atualmente a obra está totalmente parada e sem uma data oficial para sua retomada. O valor de R\$ 60 milhões orçado para a conclusão da duplicação já foi gasto, e não há dinheiro suficiente para os 30% de obras que faltam para finalizar as atividades.

As obras de duplicação foram iniciadas com o intuito de trazer segurança para os moradores da região e facilitar o tráfego, porém o que vem acontecendo é totalmente o contrário. No ano anterior às obras, houve 12 acidentes com feridos graves e uma morte registrada no trecho. Nos três anos de duplicação já foram 55 feridos graves e dez mortes na BR-282, dados fornecidos pela Polícia Rodoviária Federal, no dia primeiro de julho de 2013.

As obras vêm causando outros transtornos, pois, como a BR-282 corta a cidade, muitas pessoas, entre elas crianças e idosos, precisam cruzar a rodovia diariamente, e muretas foram colocadas no meio das pistas, porém as passarelas ainda não foram construídas.

Os nossos representantes locais já tentaram resolver o problema com a empresa que havia ganhado a licitação para as obras. Fizeram contato com o Departamento de Infraestrutura e Trânsito (DNIT), de Santa Catarina, e foram até Brasília para falar diretamente com o Departamento Nacional e com o ministério dos Transportes. Mesmo com todas essas atitudes em prol da retomada das obras, nada foi feito efetivamente.

Os moradores de Xanxerê já se mobilizaram três vezes, com a intenção de chamar atenção das lideranças: no dia dois de julho de 2012, fechando a BR-282, por uma hora; no dia 27 de junho de 2013, com o apoio e fechamento do comércio às 17h30 e se concentrando no centro da cidade; e no dia dois de julho de 2013, fechando novamente a rodovia por três horas.

O único posicionamento que tivemos sobre as atividades foi por parte do superintendente estadual do DNIT, que, através da Assessoria de Imprensa do departamento, disse que as atividades não foram atingidas pelas manifestações e somente em outubro teremos um posicionamento sobre a empresa que deverá continuar as obras. Porém, pelo que tem acontecido nos últimos anos, a superintendência do DNIT de Santa Catarina não tem credibilidade conosco e acreditamos que esta é só

mais uma forma de ganhar tempo e fazer com que a cidade fique quieta, não vamos ficar quietos!

Publicamos uma carta aberta de repúdio ao posicionamento. Estamos pedindo a ajuda de você para que algo seja feito para que todos os problemas causados pela paralisação das obras sejam resolvidos. E iremos fechar a BR mais uma vez ainda neste mês de julho. Por favor, ajude na retomada das obras.

Aguardamos contato e enfatizamos que não queremos promessas, queremos que as obras sejam finalizadas e que as mortes parem.

Atenciosamente,
Xanxerê/SC"[sic]

Assinam as pessoas que nomeiei no início.

Realmente, srs. deputados, conhecemos a situação e queremos prometer a essas pessoas e a tantas outras do grande oeste, meio-oeste e extremo oeste que, como presidente da comissão de Transportes, vamos nos reunir, mesmo que virtualmente, para que todos tomem conhecimento, e iremos elaborar um documento, mesmo no recesso, a ser enviado ao DNIT para que nos informe a realidade e o futuro dessa obra.

A comissão de Transportes desta Casa tem responsabilidade nas obras estaduais, mas também na fiscalização das obras federais e municipais. Portanto, queremos nos irmanar e dizer que temos certeza de que todo o Parlamento catarinense está preocupado com essa obra.

Conhecemos, e já debatemos nesta Casa, o problema. Já mantivemos contato com representantes do DNIT, que nos informaram que a empresa havia abandonado e que há necessidade de uma nova licitação ou de outra solução legal para que aquela obra realmente retome o seu andamento normal. Já há uma árvore lá que dá para ser serrada, tendo em vista o tempo que já passou com aquela obra paralisada.

Mas também queremos registrar aqui, sr. presidente, e gostaríamos até de questionar a assessoria desta Casa sobre isso, pois ainda estamos em atividades, que recebemos um convite para, no dia de hoje, participar, juntamente com a

secretaria da Agricultura do município de Caçador, do 2º Seminário Regional de Piscicultura. O convite saiu da Assembleia Legislativa, do sr. presidente, e do presidente da comissão de Pesca e Aquicultura, e comissão essa da qual eu faço parte, o deputado Dirceu Dresch.

Mas, srs. deputados, estamos em atividade parlamentar. Que tal se todos os srs. deputados fossem hoje a Caçador para assistir ao seminário de piscicultura que teve início às 8h? Eu acho que está havendo algum engano e por isso quero fazer este registro! Não estive presente em Caçador e pedi que o engenheiro agrônomo Dorvílio Buffon me representasse, mas quero fazer este registro porque a comunidade vai-me cobrar.

E o nosso Regimento diz que enquanto tivermos sessões normais nesta Casa não é permitida a realização de eventos desta Casa, principalmente fora do município, no mesmo horário. Não é no mesmo horário, mas é no mesmo dia. Daqui a Caçador são cinco horas de viagem.

Da mesma forma, teremos, no dia de amanhã, já no recesso, um seminário também promovido por esta Casa, pela comissão de Pesca e Aquicultura, da qual eu faço parte, e a prefeitura de Porto União.

Portanto, temos que ver da legalidade dessas atividades, porque eu gostaria, da minha região também, de me fazer presente tanto em Caçador quanto em Porto União. Mas é impossível, hoje, encerrando esta jornada parlamentar, deslocar-me para às 8h estar lá em Porto União.

Então, é muito complicado e chamo atenção para que isto não ocorra. Se realmente o Regimento reza que durante as sessões ordinárias desta Casa não é permitido seminários, sessões solenes ou sessão especial fora da Casa, onde os parlamentares não possam participar...

Eu perguntaria ao deputado Dirceu Dresch que tal se faltasse um voto, hoje, para aprovarmos aqui a LDO quem seria responsabilizado.

Um abraço a todos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Antônio Aguiar, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - A minha saudação ao deputado Padre Pedro Baldissera, que é o nosso presidente em exercício.

Eu gostaria hoje de me reportar aos ciclistas aqui de Florianópolis e fazer um convite para a apresentação do projeto de melhoria do convívio entre ciclistas e motoristas de ônibus. Esse evento é aberto a todos os atletas e a todas as assessorias, no dia 20 de julho, às 11h, no Jurerê Esporte Center, avenida dos Dourados, n. 481.

Então, está feito o convite para a participação desse importante evento.

Eu quero me reportar hoje à grande audiência pública que fizemos ontem sobre as ferrovias, na comissão de Transporte, juntamente com o deputado Reno Caramori. Estivemos durante três horas discutindo com os técnicos as viabilidades das ferrovias, com o representante do prefeito de Canoinhas, Argos Burgardt, com o prefeito de Mafra, o representante do Fiesc, com representantes de entidades que entendem da parte técnica de ferrovias, com o Deinfra e assim por diante. Também esteve presente o representante da Fatma, portanto, foi uma audiência pública importante.

Essa audiência pública de ontem serviu, sim, para termos um balisamento técnico, que foi muito importante, pois durante três horas estivemos discutindo com os técnicos e vendo a necessidade das ferrovias.

Acho que essa foi, sim, uma audiência esclarecedora, para saber que passos temos que dar, para onde vamos e como funciona a ferrovia, como funciona a parte política federal das ferrovias, não só no estado de Santa Catarina como em todo o Cone Sul.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Concedo um aparte ao deputado Reno Caramori, que foi o

presidente da comissão de Transporte no dia de ontem.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Nobre deputado, v.exa. tem lutado muito por essa famosa ferrovia leste/oeste/norte/sul do estado, até porque realmente beneficia sua região de Canoinhas, de Mafra e de Porto União.

Quero dizer que foi uma reunião bastante demorada e até carecíamos de mais tempo pela complexidade do assunto. Sabemos que de Maracaju ao Paraná a questão já está resolvida. Trata-se de uma rodovia caríssima, de difícil acesso, mas o Paraná já resolveu os problemas com a presidente da República e a ministra.

Precisamos de uma rodovia que venha do norte ao sul, que corte a nossa região, que sirva também ao planalto norte, ao vale do Rio do Peixe, ao extremo oeste. E aí somente um estudo de viabilidade técnica, economia e ambiental vai realmente mostrar o trajeto mais viável a ser feito.

Por isso, foi uma reunião técnica, sem participação partidária e sem os deputados puxando para uma ou outra região. Fizemos a reunião para escutar os técnicos. E v.exa. que acompanhou a nossa reunião do início ao fim pode ver o quanto é complexo e importante discutirmos o assunto tecnicamente, para que possamos atender realmente às necessidades de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - É verdade que estivemos reunidos para discutir as ferrovias. E chegamos à conclusão de que a ferrovia precisa ser economicamente viável. Mas também é preciso que a sociedade seja a grande beneficiada, não a indústria ou o comércio, mas o ser humano, a população.

Temos certeza de que os traçados das ferrovias precisam ser feitos não apenas para transportar grãos, mas para agregar valor à matéria prima com o transporte de produtos agregados nas ferrovias.

A importância de lutarmos para ter um ramal de Garapuava a Mafra é muito grande. O projeto inicial era esse, mas desviaram para a estação ferroviária Engenheiro Bley. A força política do

Paraná se fez presente e já determinou que vai passar pela estação. Mas estamos reivindicando a viabilidade dos estudos para que tenhamos um ramal de Guarapuava a Porto União, passando por Canoinhas, Mafra e chegando a São Francisco do Sul/Itapoá.

A importância de termos essa grande ferrovia é sem dúvida nenhuma algo para a história do Brasil. Nosso país precisa fazer ferrovias, sim, pois as rodovias estão congestionadas, e essa situação vai ficar cada vez pior. Então, temos a visão de que Santa Catarina e o Brasil precisam de ferrovias.

Acho que esse foi um assunto muito importante tratado na reunião de ontem. Foi uma audiência muito proveitosa para os entendidos em ferrovia, no sentido de fazer com que tenhamos o nosso pedido atendido no governo federal, como foi na Valec, porque o estudo de viabilidade econômica da ferrovia passando por Chapecó, Caçador, Porto União e São Francisco do Sul entrou na viabilidade de estudos.

Isso é importante, porque lá estiveram vários deputados federais e, inclusive, claro, o representante dos deputados federais. Quero parabenizá-lo por estar lutando também pelas rodovias de Santa Catarina.

Temos a certeza de que estamos fazendo a nossa parte.

O nosso tempo está se encerrando, mas ainda tenho que, sim, falar de saúde. Ontem estive no evento, juntamente com o governador Raimundo Colombo, Eduardo Pinho Moreira e também a secretária da Saúde, da liberação de R\$ 67 milhões, que vai beneficiar o Hospital Santa Cruz, de Canoinhas, o Hospital de Porto União e o Hospital de Mafra.

Portanto, três importantes hospitais do planalto norte sendo beneficiados pelo grande projeto de rede de urgência e emergência. Mas também estamos falando que o Hospital Santa Cruz é o segundo no estado, já falei isso ontem e quero repetir, em número de cirurgias seletivas realizadas no estado de Santa Catarina. Por isso, tem, sim, condições de ter alta complexidade em

traumatologia e ortopedia. Temos UTI, temos ressonância magnética, tomografia computadorizada, quatro ortopedistas com especialidade em cirurgia de mão, com especialidade em joelho, quadril e cirurgia de coluna. Portanto, Canoinhas está apta, sim, a ter alta complexidade.

Obrigado, sr. presidente deputado Padre Pedro Baldissera, pela oportunidade.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera)

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para o dia 1º de agosto, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.